

Estudos Teológicos, v. 39, n. 2, p. 192-200, 1999

É desejável que o livro que acabamos de apresentar consiga cativar muitos leitores e leitoras e que consiga alcançar o objetivo que se propôs, a saber, motivar para a persistência no esforço ecumênico a serviço do crescimento da comunhão no Espírito Santo.

Gottfried Brakemeier

Novo paradigma no estudo da religião

Recensão do livro *Religião e verdade : rumo a um paradigma alternativo para o estudo da religião*, de Donald Wiebe (trad. por Luís H. Dreher).

(São Leopoldo : Sinodal/IEPG, 1998. 206 p.)

Está disponível em tradução ao português a obra de Donald Wiebe, originalmente publicada em 1981 como a tese doutoral do autor pela Mouton Publishers, de Den Haag, Holanda. Donald Wiebe é hoje professor na Universidade de Toronto, e destaca-se como um dos mais significativos teóricos da área teoricamente conturbada de estudos da religião. Ao mesmo tempo, tem se destacado por tematizar as relações dos estudos científicos da religião com as ciências em geral e a teologia em particular. Algumas de suas obras posteriores a seu primeiro estudo monográfico são *The Irony of Theology and the Nature of Religious Thought* (McGill Queens University Press, 1991) e, bem mais recente, *The Politics of Religious Studies : The Continuing Conflict with Theology in the Academy* (St. Martin's Press, 1998).

Em *Religião e verdade*, o autor propõe-se a retomar uma discussão extremamente complexa — e cercada de tabus que lhe são peculiares —, a saber, a questão da *verdade* na religião. Wiebe, porém, não se interessa precipuamente pela questão de se a religião tem ou teria uma verdade, e qual ela seria. Antes, a questão das verdades e da verdade da religião se circunscreve num horizonte de uma busca estritamente “científica” que não leva a conclusões definitivas, mas só a aproximações pontuais e a juízos genéricos provisorios, ainda que relativamente seguros.

Como teórico dos estudos da religião, interessa mais ao autor discutir metodologicamente a possibilidade, e mesmo a necessidade, de levantar a questão da verdade da religião no marco de um estudo sistemático dela, sempre que disciplinado e livre de obrigações apologéticas. Cabe notar que tal discussão, assumida como possível e necessária, foi tradicionalmente travada no campo estrito da filosofia da religião (e da teologia filosófica) no Ocidente, com as desvantagens que lhe são inerentes: a pouca referência ao cotidiano e à realidade empírica da(s) religião(ões) e a referência habitualmente constante e apologética ao cristianismo.

Logo, surge a pergunta que trai a originalidade do trabalho de Wiebe: por que trazer explicitamente a questão da verdade da religião para dentro dos estudos (analíticos e descritivos) da religião, se ela foi sempre uma questão da filosofia da religião e de uma teologia filosoficamente interessada? A resposta de Wiebe constituir-se-á de várias respostas, que consistirão basicamente em romper com a separação, em seu modo de ver inocente, de competências entre descrição/interpretação, por um lado, e explicação, por

outro. A questão da verdade exige, metodologicamente, a possibilidade de propor uma explicação dela, o que implica uma decisão sobre verdade/inverdade. Ao final, explicações substantivas e (auto)críticas da religião, do tipo engendrado na filosofia da religião, serão ainda imprescindíveis para o paradigma de estudo alternativo de Wiebe (p. 68). Estudos que abordam apenas os aspectos internos-estruturais da(s) religião(ões) não dão conta da abrangência da tarefa a cumprir.

Em seu argumento principal, o estudo de Wiebe consiste, assim, em “uma polêmica em favor de um ‘novo’ paradigma no estudo da religião — uma alternativa ao atual ‘descritivismo’ no estudo acadêmico da religião” (p. 6). Para Wiebe, o problema central do descritivismo, um termo que ele usa em sentido lato — mas que inclui sobretudo os estudos e abordagens fenomenológicos —, consiste em ter abandonado a questão da verdade como central para o estudo da religião. Como motivo deste abandono, o autor assinala razões de cunho histórico: ao buscar sua independência em relação aos estudos confessionais e teológicos da(s) religião(ões), a “ciência da religião” emergente precisou ganhar distância de questões de validade última. Isso, no entanto, levou ao extremo oposto, a saber, à posição, arvorada à condição de “dogma metodológico”, de que levantar a questão da verdade no estudo da religião significa voltar ao campo preconceituoso das teologias e, possivelmente, das metafísicas que lhes são subservientes. Apesar de todas as suas diferenças, os “pais fundadores” foram unânimes nessa postura (p. 6). A postura, fecunda historicamente para o desenvolvimento da disciplina, cristalizou-se no “*slogan* ‘não procurem pela verdade da religião, e sim pela verdade sobre a religião’”. Uma vez garantida a independência do novo campo de estudos, o antigo *slogan*, na opinião do autor, deve ser abandonado. A questão filosófica sobre a explicação da verdade da religião deve retornar, e a abordagem fenomenológica deve ceder lugar a um estudo mais crítico. Isso porque a questão da verdade, segundo o autor, já está sempre implicada na descrição da(s) religião(ões).

Para Wiebe, a consequência básica desse retorno é que “deve-se superar o dogma não escrito da separação entre o ‘estudo científico da religião’ e a ‘filosofia da religião’”. Em outras palavras, e em nossa própria leitura: a ciência da religião inclui obrigatoriamente — como já sugeria Paul Tillich em sua *Religionsphilosophie* — questões normativas e um âmbito normativo, ou seja, a pergunta — e não, de modo conclusivo, a resposta — relativa à validade como intrínseca ao método da pretensa nova ciência. Aqui, não se trata de invalidar a descrição do fenômeno religioso, mas de colocá-lo num contexto mais amplo, no qual a questão da definição da verdade da(s) religião(ões) é incontornável. E isso independentemente de o pesquisador esposar uma abordagem substantiva ou funcionalista — esta última rejeitada por Wiebe —, de suas tendências fideístas ou de seu ateísmo, mesmo em nível metodológico. Num certo momento, apoiando-se na crítica de Robert Bellah a Peter Berger e, positivamente, na obra de Ninian Smart, Wiebe parece endossar o “agnosticismo metodológico” como um termo mais neutro e mais apto para o estudioso da religião em início de empreitada. Isso implica, p. ex.: “Não se pode dar por assentado que a religião seja ou um produto divino ou um fenômeno puramente humano.” (P. 23.) Nem “teologismo” nem “reducionismo”, eis o desafio do cientista da religião assim como Wiebe o concebe (p. 24).

Quanto ao estatuto da ciência da religião, o autor mantém do começo ao final de seu livro a presunção de que, “embora científico, tal estudo não é uma disciplina distinta, separada e autônoma” (p. 12). A razão aduzida para tal é a falta de um método que lhe

seja típico e próprio: a ciência da religião ou, como prefere Wiebe, o “estudo científico da religião”, é antes uma área de estudos caracterizada apenas pelo caráter peculiar de seu objeto, que, bem mais do que outros, exige uma abordagem pluridisciplinar e interdisciplinar.

A obra está dividida em quatro partes, compostas respectivamente de três capítulos cada uma. A *primeira parte* tece “considerações preliminares” sobre a religião e seu estudo. Em dois capítulos discute-se, em sucessão, “o problema da definição” da religião e da “natureza” de seu estudo. Num terceiro capítulo, advoga-se a centralidade da “explicação” no estudo da religião. Nessa defesa da explicação, porém, o autor empenha-se por questionar os modelos explicativos (causais, dedutivo-nomológicos) oriundos das ciências naturais modernas. (Esse questionamento não deixa de ser fácil, dada a própria crise das modernas ciências da natureza.) Wiebe observa que a sociologia, apesar de buscar a explicação, assimilou a crítica hermenêutica das ciências humanas e históricas. Para explicar a religião, há que nela incluir empatia e compreensão. Assim, ao final, a possibilidade de haver, em princípio, “explicações religiosas” ou teológicas é tão pouco excluída quanto a de explicações extra-religiosas. O caráter crítico ou não do estudo é que decide sua validade, assim como novas descobertas e a abertura para o questionamento por parte de explicações contrárias.

Na *segunda parte* o autor propõe-se analisar as objeções à inclusão da questão da verdade no estudo da religião. Uma primeira objeção geral, apresentada em capítulo específico, seria de que essa questão é “inaplicável à religião”, por ser ela um empreendimento quer “não-cognitivo”, quer “místico”; ou, ainda, por implicar um tipo de conhecimento “transcendental” (!), ou extremamente incomum. Já nessa parte fica claro, de maneira definitiva, que Wiebe esposa uma concepção proposicional do caráter da verdade — que, apesar de sua familiaridade, não tem sido poupada de duras críticas pelo menos desde o século 19. Uma segunda objeção seria de que a questão da verdade é “irrelevante” para seu estudo. A meu ver corretamente, Wiebe aponta para o fato de que quando se afirma que a questão da verdade é irrelevante isso acontece porque ela já foi decidida de antemão. O exemplo óbvio está em todas as variantes de estudo científico-naturalista da religião, que operam com a distinção, implícita ou explícita, entre superstição e ciência. Não obstante, a irrelevância da questão da verdade para o estudo da religião pode ser defendida também por aqueles que supõem que a religião não tenha a ver com o mundo em sua totalidade, mas com “o que o crente religioso faz e crê” (p. 89). Estes são os fenomenólogos em sentido lato, ou os proponentes da descrição. Para eles, colocar a questão da verdade é um estorvo que não deixa a religião manifestar-se e aparecer em si mesma para o estudioso. A questão da verdade deve, portanto, ser posta entre parênteses. Uma terceira e última objeção seria aquela que, em geral, fica patente no discurso de todos os defensores conseqüentes de um pluralismo religioso de fato e de direito: levantar a questão da verdade na religião é uma estratégia “imprática”, por várias razões. Primeiro, porque a verdade é difícil de estabelecer argumentativa ou proposicionalmente, sendo até “evasiva” por natureza. Segundo porque, diferentemente de outras formas culturais, a religião é demasiado complexa para que se possa estabelecer definitivamente sua verdade. E terceiro — e aqui tocamos na motivação prática e ética dos pluralistas —, porque seria praticamente desastroso, para as relações entre as religiões, levantar a questão da verdade. Ou seja: a tolerância mútua e a convivência pacífica entre as religiões exigem que todas sejam igualmente verdadeiras. Ao levantar-se a questão da verdade no estudo das religiões, aquele objetivo seria prejudicado.

Com uma certa medida de sucesso, Wiebe busca responder a esses três tipos de objeções na *terceira parte* de seu livro, o que então o conduz, na *quarta e última parte*, à elaboração de sua própria posição quanto ao papel da verdade no estudo crítico da religião. Essas duas partes são consistentemente entrelaçadas para efeitos de argumento. As respostas de Wiebe às objeções tendem a ser claras e sucintas; vez ou outra, porém, baseiam-se numa falsa representação, ou pelo menos num tratamento superficial dos autores analisados — superficialidade que fica patente mesmo para o não-especialista. Essa é a fraqueza básica do livro, um resultado inevitável dada a miríade de autores e posturas analisadas. As análises são às vezes não só superficiais, como também sumárias, como no caso, por exemplo, de Kierkegaard. Também, devido à dificuldade e vastidão do tema, o livro fica sendo, em boa parte, uma carta de intenções. Contudo, ele propõe o projeto de toda uma obra autoral, a ser precisado e revisado em alguns pontos, mas que se distingue de outras opções não menos plausíveis nos estudos da religião. Opções estas obviamente *menos* comprometidas com a peculiar mescla wiebeana entre um certo cientificismo e positivismo moderados pela crítica hermenêutica e historicista e os acenos de uma possível reabilitação do entendimento da religião como metafísica, isto é, como uma visão em princípio igualmente aceitável do todo do real (com seu[s] deus[es]).

O ponto forte de *Religião e verdade* pode ser apreendido em primeiro lugar de seu título: o tema e, junto com ele, a coragem de tratá-lo de forma sistemática. Ademais, o projeto de Wiebe detém grande capacidade de persuasão, sempre presente ao tratar as questões básicas que são a preocupação diária não só do filósofo da religião, mas também do teólogo crítico e do próprio cientista empírico da religião quando movidos pela dimensão incontornavelmente normativa — no sentido tillichiano — de seus dados. Ao longo de seu livro, o autor ataca questões de interesse vital para o estudioso da religião filosoficamente interessado. Acentua as confluências entre estudos teóricos/definicionais e empíricos/descritivos da religião, sugerindo a maleabilidade e o caráter revisável da definição normativa da religião. Eis um dos pontos centrais do argumento desse autor, que desvincula, assim, a questão do problema da validade no estudo da religião de posturas dogmáticas, que há muito não são apanágio específico de teologias.

Luís H. Dreher

Psicanálise e fé cristã

**Recensão do livro *Cartas entre Freud & Pfister 1909-1939*
: um diálogo entre a psicanálise e a fé cristã,
org. por Ernst Freud e Heinrich Meng
(trad. por Karin Wondracek e Dittmar Junge).**

(Viçosa : Ultimato, 1998. 199 p.)

A publicação deste livro vem preencher uma ressentida lacuna na bibliografia de Freud em português. Quase toda a sua correspondência já está traduzida. É provável que o atraso na tradução destas cartas tenha algo a ver com a relação que neste livro se